

Parágrafo Único: Fica autorizada a criação de filiais desta Sociedade em qualquer parte do território nacional, respeitadas as normas vigentes.



CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL, DISTRIBUIÇÃO E QUOTAS: O capital social, subscrito neste ato, é de R\$100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100 (cem) cem quotas, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada cota, subscrivendo os sócios da seguinte maneira:

- I. O Sócio Raphael da Costa Alves Rocha, subscrive e integraliza neste ato 10 (dez) cotas, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, totalizando o montante de R\$10.000,00 (dez mil reais), e;
- II. O Sócio Mário de Oliveira Brasil Monteiro, subscrive e integraliza neste ato 90 (noventa) cotas, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, totalizando o montante de R\$90.000,00 (noventa mil reais).

O capital social é dividido entre os sócios da seguinte forma:

Sócio	Capital	Quotas	Percentual
Raphael da Costa Alves Rocha	R\$10.000,00	10	10%
Mário de Oliveira Brasil Monteiro	R\$90.000,00	90	90%
Totais	R\$100.000,00	100	100%

CLÁUSULA SEXTA - DA CESSÃO DAS COTAS: Se um dos sócios desejar vender ou ceder onerosamente a terceiros, estranhos a sociedade, uma parcela ou a totalidade de suas quotas, poderá fazê-lo, desde que ofereça por escrito aos demais para que estes exerçam o direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias. O silêncio do sócio significará aprovação da alienação, mas a venda ou cessão das quotas só poderá ser consumada nas mesmas bases e condições ofertadas pelo cedente aos demais sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS: Serão efetuados balancetes periódicos a fim de apurar o resultado societário havido, sendo facultado à sociedade rateá-los ou não na proporção da participação de cada sócio no capital social, o que será objeto de deliberação societária, obedecidas as reservas de provisão e de rateios que a sociedade venha a estabelecer para a boa gestão;

CLÁUSULA OITAVA - DO EXERCÍCIO SOCIAL: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, necessariamente, em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, para elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que serão julgados pelos sócios, no primeiro trimestre seguinte ao término do exercício social.

CLÁUSULA NONA - DO FALECIMENTO, DA AUSÊNCIA, DA INVALIDEZ OU DA INTERDIÇÃO DO SÓCIO: Na ocorrência dessas hipóteses observar-se-ão as seguintes condições:

[Handwritten signature]



§ 1º - No caso de falecimento ou ausência de quaisquer dos sócios a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial para a data legal da declaração do falecimento, no prazo de 90 (noventa) dias e, o representante legal do falecido ou ausente, deliberará com os sócios remanescentes, de comum acordo, se convier aos remanescentes, mediante aprovação dos detentores da maioria do capital social, o ingresso dos herdeiros ou sucessores do morto ou ausente, no prazo de 30 (trinta) dias após lhe ter sido apresentado o balanço, sujeitando-se os herdeiros ou sucessores a preencher a condição de advogado regularmente inscrito na OAB. E, não havendo o quorum acima estipulado, efetuar-se-á o pagamento dos haveres daquele a sua herança ou sucessores, a serem apurados naquele balanço especialmente efetuado para tal fim, no máximo em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de atualização monetária calculada pela variação acumulada, mensalmente, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) da Fundação Getúlio Vargas e de juros de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da ocorrência do evento, iniciando-se o pagamento da primeira parcela 90 (noventa) dias após essa data.

§ 2º - Se o falecido for sócio no exercício do cargo de administração da sociedade, o seu representante legal receberá, durante o período que anteceder ao pagamento dos haveres daquele, mensalmente, valor idêntico ao seu pró-labore à época do óbito, a título de adiantamento a ser descontado dos haveres à época do pagamento destes.

§ 3º - Havendo a interdição de quaisquer dos sócios, a sociedade não será extinta e, os haveres do sócio interditado serão apurados, também, em balanço especial, na data legalmente reconhecida como da declaração de interdição do sócio, sendo este excluído da sociedade e, tais haveres, após apurados na forma do § 1º desta cláusula, pagos nos mesmos termos e condições ali previstos, ao seu curador, efetuando-se a necessária redução do capital social.

§ 4º - No caso do herdeiro ou sucessor do sócio falecido ou ausente deter cotas do capital da sociedade, participando desta como sócio, acrescerão às suas cotas aquelas que receber por herança ou sucessão, as quais lhe serão igualmente distribuídas, não se aplicando, nessa hipótese, a regra disposta no § 1º desta cláusula. Ou seja, não haverá apuração de haveres do sócio falecido ou ausente, para indenização dos seus herdeiros ou sucessores, mas, sendo estes sócios na entidade, por ocasião da declaração do óbito ou da ausência do sócio morto ou ausente, a eles serão distribuídas as cotas nos termos do ato legal que lhes destinar a herança.

§ 5º - Tanto no caso de óbito, ausência ou interdição de sócio, só será aceita a representação deste através da documentação pertinente, legalmente expedida pela autoridade judicial competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RETIRADA DE SÓCIO: No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias, conforme art. 1.029, do Código Civil Brasileiro, e, seus haveres lhe serão reembolsados nas condições abaixo ajustadas.

§ 1º - Os haveres do sócio retirante, compreendendo capital, lucros e quaisquer outros créditos, serão apurados pelo montante efetivamente realizado e será liquidado com base



na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da ocorrência.

§ 2º - Os haveres apurados na forma acima estabelecida, serão pagos ao sócio remanescente em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

CLÁUSULA ONZE - DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS: A Sociedade poderá excluir sócios, desde que justificadamente e de forma indenizada, pela unanimidade dos votos dos Sócios Patrimoniais, excluídos os impedidos.

§ 1º - Os haveres do sócio excluído, compreendendo capital, lucros e quaisquer outros créditos, serão apurados pelo montante efetivamente realizado e será liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da ocorrência.

§ 2º - Os haveres apurados na forma acima estabelecida, serão pagos ao sócio excluído em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 3º - O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

§ 4º - Considerando que as sociedades de advogados são tipicamente sociedades de pessoas, cuja base de exercício reside na confiança recíproca e na *affectio societatis*, e ainda, que por imposição legal, nessas sociedades, o nome social deve conter o patronímico de um ou mais sócios, e que o uso desses é direito personalíssimo, considera-se fato suficiente à permitir a dissolução parcial da Sociedade, com exclusão de um ou mais sócios, a perda daquela *affectio*, assim deliberada por decisão dos Sócios Patrimoniais remanescentes, por votação unânime e especialmente convocada para esse fim, e com prévia convocação do sócio que se pretende excluir.

§ 5º - Em qualquer caso de exclusão, esta será operada mediante simples alteração do Contrato Social, na forma do parágrafo único do art. 12 do Provimento 112/2006 do Conselho Federal da OAB.

CLÁUSULA DOZE: PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS - Em qualquer das hipóteses estabelecidas nas CLÁUSULAS NONA, DÉCIMA e ONZE, a sociedade não entrará em dissolução, podendo os sócios remanescentes continuar com as atividades sociais, até a efetiva regularização do quadro societário.

CLÁUSULA TREZE: RESPONSABILIDADE REMANESCENTE - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou sua herança, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade. Nas hipóteses de retirada ou exclusão de sócios, a responsabilidade pelas obrigações sociais perdurará por igual prazo, enquanto não se requerer a averbação, nos termos do art. 1.032 do Novo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUATORZE - DA QUARENTENA: Em todas as hipóteses acima mencionadas nas CLÁUSULAS NONA, DEZ E ONZE fica estabelecida quarentena de 24 (vinte e quatro) meses para



exercer a advocacia contra os clientes que a Sociedade possua no período em que o Sócio esteve na Sociedade, sem prejuízo das sanções correspondentes.

CLÁUSULA QUINZE: Os sócios não poderão exercer advocacia autonomamente e autônomo, respectivos honorários como receita pessoal, salvo na hipótese em que os sócios, unanimemente, resolverem deliberar de outro modo, através de prévia e expressa anuência dos Sócios. Excetua-se dessa regra, também, o exercício da advocacia como servidores nos cargos próprios à advocacia pública ou, ainda, como empregados de pessoas jurídicas de direito privado, desde que não se trate de outra sociedade de advogados. Também, poderão os sócios exercer o magistério público ou privado.

CLÁUSULA DEZESSEIS: RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS - A responsabilidade profissional dos sócios será regulada pelas normas do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e pelos provimentos do CFOAB. A sociedade, os sócios e associados responderão subsidiária e ilimitadamente por comprovados danos causados aos clientes decorrentes de ação ou omissão no exercício da advocacia, conforme inciso XI do art. 2º do Provimento CFOAB n.º 112/2006 e Provimento n.º 147/2012 do CFOAB. A responsabilidade social de cada sócio, no âmbito dos negócios sociais, é limitada na forma da lei. Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais estranhas ao exercício profissional, conforme estabelece o artigo 1.054 c/c o artigo 997, VIII, também do Código Civil.

Parágrafo Único: Nas relações com terceiros, que não envolvam a prestação de serviços jurídicos, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas partes, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 997, inciso VIII, c.c. artigo 1.052 e 1.054, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DEZESSETE - DO "PRO LABORE": Será estipulada uma retirada mensal para os sócios-administradores, de conformidade com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DEZOITO - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: Todos os sócios patrimoniais fundadores são considerados administradores, podendo praticar atos de gestão isoladamente, bem como representá-la judicial e extrajudicialmente.

Parágrafo Único: Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum tipo legal que os impeça de exercer as atividades na área jurídica ou de exercerem atividades comerciais, bem como declaram a inexistência de impedimento ou incompatibilidade para o exercício da advocacia, na forma dos arts. 27 a 30 da Lei 8.906/1994.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA EXTINÇÃO DA SOCIEDADE: Na hipótese de os sócios decidirem extinguir a sociedade será levantado o Balanço de Encerramento e divididos os haveres e deveres na proporção da participação de cada qual no capital social.

Parágrafo Único: O pagamento integral deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o fechamento do Balanço de Encerramento.

CLÁUSULA VINTE - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS: As alterações somente serão permitidas através do voto de pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) do Capital Social, salvo as disposições em contrário expressas neste Contrato.

CLÁUSULA VINTE E UM - DA REVOGAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONFLITANTES: Revogadas todas as cláusulas e disposições naquilo que conflitam com o que é disposto neste instrumento.

CLÁUSULA VINTE E DOIS: Toda e qualquer controvérsia que surgir da execução ou da interpretação do presente contrato, ou que com ele se relacionar, inclusive nas hipóteses de exclusão, retirada e dissolução parcial ou total, fica admitida e conciliação, mediação e arbitragem, com a indicação do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-Seccional do Pará.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente documento em quatro vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas que também subscrevem.

Parauapebas, PA 26 de junho de 2013

Raphael da Costa Alves Rocha
OAB/PA nº 18.190
CPF/MF nº 962.897.592-72

Mário de Oliveira Brasil Monteiro
OAB/PA nº 10.368
CPF/MF nº 591.114.292-91

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CARTÓRIO BENOLIEL
Servente do Ofício Único de Tabelionato de Notas do Brasil da Paz
Título: Abraham Nassim Benoliel
Rua Sol Poente, nº 387
Reconheço POR SEMELHANÇA a(s)
Firma(s) de Raphael da Costa Alves Rocha
Parauapebas-PA, 26-06-2013
Valor Pago: R\$ 4,20
Doutor Ulane de Souza
Título: Ulane de Souza



CLETOZ SANTOS
39 Tabelionato de Notas
Av. Pedro Miranda, 849 - Pedreira
Fone: (91)-233-2749-CEP: 66065-000-Belem-PA

Reconheço e dou fé, por AUTENTICIDADE a(s)
Firma(s) de: MARIO DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO
Em Testemunha da Verdade.
Belem/PA, 06 de Julho de 2013.

DANIELE MONTEIRO FRANCO
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
RECONHECIMENTO E DOUTORADO
Nº 14
000.245.330

CERTIDÃO nº 710/2013- S.I

Prot.007399/2013

Eu, **Alberto Antonio Campos**, Vice-Presidente da **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARÁ**, nos termos da Lei,

CERTIFICO que foi deferido o pedido de Registro da Sociedade de Advogados de nº **588/2013** nos seguintes termos: **INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS: BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**. Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **Mário de Oliveira Brasil Monteiro**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PA 10.368, inscrito no CPF/MF sob o nº 591.114.292-91, residente na Quadra 99, Rua 74, Lote 17, Bairro Jardim Canadá, Parauapebas - PA, CEP 68.515-000. **Raphael da Costa Alves Rocha**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 18.190, inscrito no CPF/MF sob o nº 962.897.592-72, residente na Rua Caiambi, nº 14, Quadra 02, Loteamento Parque dos Carajás, Parauapebas, PA CEP 68 515-000, e; partes entre si ajustadas, têm a constituição de uma Sociedade de Advogados, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RAZÃO SOCIAL** - A Sociedade tem por razão social o nome "Brasil Monteiro Advogados Associados" se rege pela Lei Federal nº 8906/94, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Provimento 112/2006 e pelos demais provimentos e regulamentos aplicáveis à espécie. **Parágrafo Único: DO USO DA RAZÃO SOCIAL**: A razão social é de uso exclusivo nos negócios da Sociedade, ficando vedada sua utilização em negócios estranhos ao objeto social. **CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**: O objeto principal da sociedade é a prestação de serviços exclusivamente jurídicos, privativos de advogados, judiciais ou extrajudiciais, podendo, ainda, praticar todos os demais atos que, direta ou indiretamente estiverem vinculados aos objetivos da sociedade. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**: O prazo de duração da sociedade é indeterminado, na forma permitida pela legislação brasileira em vigor. **CLÁUSULA QUARTA - DO ENDEREÇO**: A Sociedade tem sede nesta cidade de Parauapebas, Estado do Pará, na rua D, nº 244, Bairro Cidade Nova, CEP 68 515-000, telefone nº 55 (94) 3346 1070, endereço eletrônico (email): escritorio@brasilmonteiro.com. **Parágrafo Único**: Fica autorizada a criação de filiais desta Sociedade em qualquer parte do território nacional,

respeitadas as normas vigentes. **CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL, DISTRIBUIÇÃO E QUOTAS:** O capital social, subscrito neste ato,

é de R\$100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100 (cem) cotas, cada uma com valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada cota, subscrevendo os sócios da seguinte maneira: I. O Sócio Raphael da Costa Alves Rocha, subscreve e integraliza neste ato 10 (dez) cotas, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, totalizando o montante de R\$10.000,00 (dez mil reais), e; II. O Sócio Mário de Oliveira Brasil Monteiro, subscreve e integraliza neste ato 90 (noventa) cotas, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, totalizando o montante de R\$90.000,00 (noventa mil reais). *O capital social é dividido entre os sócios da seguinte forma:* **Sócio:** Raphael da Costa Alves Rocha - **Capital** R\$10.000,00 - **Quotas** 10 - **Percentual** 10%; **Sócio:** Mário de Oliveira Brasil Monteiro - **Capital** R\$90.000,00 - **Quotas** 90 - **Percentual** 90%; Totais **Capital** R\$100.000,00 - Totais **Quotas** 100 - Totais **Percentual** 100%.

CLÁUSULA SEXTA - DA CESSÃO DAS COTAS: Se um dos sócios desejar vender ou ceder onerosamente a terceiros, estranhos à sociedade, uma parcela ou a totalidade de suas quotas, poderá fazê-lo, desde que ofereça por escrito aos demais para que estes exerçam o direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias. O silêncio do sócio significará aprovação da alienação, mas a venda ou cessão das quotas só poderá ser consumada nas mesmas bases e condições ofertadas pelo cedente aos demais sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS: Serão efetuados balancetes periódicos a fim de apurar o resultado societário havido, sendo facultado à sociedade rateá-los ou não na proporção da participação de cada sócio no capital social, o que será objeto de deliberação societária, obedecidas as reservas de provisão e de rateios que a sociedade venha a estabelecer para a boa gestão;

CLÁUSULA OITAVA - DO EXERCÍCIO SOCIAL: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, necessariamente, em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, para elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que serão julgados pelos sócios, no primeiro trimestre seguinte ao término do exercício social.

CLÁUSULA NONA - DO FALECIMENTO, DA AUSÊNCIA, DA INVALIDEZ OU DA INTERDIÇÃO DO SÓCIO: Na ocorrência dessas hipóteses observar-se-ão as seguintes condições:

§ 1º - No caso de falecimento ou ausência de quaisquer dos sócios a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial para a data legal da declaração do fato, no prazo de 90 (noventa) dias e, o representante legal do falecido ou ausente, deliberará com os sócios remanescentes, de comum acordo, se convier aos remanescentes, mediante aprovação dos detentores da maioria do capital social, o ingresso dos herdeiros ou sucessores do morto ou ausente, no prazo de 30 (trinta) dias após lhe ter sido apresentado o balanço,

sujeitando-se os herdeiros ou sucessores a preencher a condição de advogado regularmente inscrito na OAB. E, não havendo o quorum acima estipulado, efetuar-se-á o pagamento dos haveres daquele a sua herança ou sucessores, a serem apurados naquele balanço especialmente efetuado para tal fim, no máximo em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de atualização monetária calculada pela variação acumulada, mensalmente, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) da Fundação Getúlio Vargas e de juros de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da ocorrência do evento, iniciando-se o pagamento da primeira parcela 90 (noventa) dias após essa data. § 2º - Se o falecido for sócio no exercício do cargo de administração da sociedade, o seu representante legal receberá, durante o período que anteceder ao pagamento dos haveres daquele, mensalmente, valor idêntico ao seu pró-labore à época do óbito, a título de adiantamento a ser descontado dos haveres à época do pagamento destes. § 3º - Havendo a interdição de quaisquer dos sócios, a sociedade não será extinta e, os haveres do sócio interditado serão apurados, também, em balanço especial, na data legalmente reconhecida como da declaração de interdição do sócio, sendo este excluído da sociedade e, tais haveres, após apurados na forma do § 1º desta cláusula, pagos nos mesmos termos e condições ali previstos, ao seu curador, efetuando-se a necessária redução do capital social. § 4º - No caso do herdeiro ou sucessor do sócio falecido ou ausente deter cotas do capital da sociedade, participando desta como sócio, acrescerão às suas cotas aquelas que receber por herança ou sucessão, as quais lhe serão igualmente distribuídas, não se aplicando, nessa hipótese, a regra disposta no § 1º desta cláusula. Ou seja, não haverá apuração de haveres do sócio falecido ou ausente, para indenização dos seus herdeiros ou sucessores, mas, sendo estes sócios na entidade, por ocasião da declaração do óbito ou da ausência do sócio morto ou ausente, a eles serão distribuídas as cotas nos termos do ato legal que lhes destinar a herança. § 5º - Tanto no caso de óbito, ausência ou interdição de sócio, só será aceita a representação deste através da documentação pertinente, legalmente expedida pela autoridade judicial competente. **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RETIRADA DE SÓCIO:** No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias, conforme art. 1.029, do Código Civil Brasileiro, e, seus haveres lhe serão reembolsados nas condições abaixo ajustadas. § 1º - Os haveres do sócio retirante, compreendendo capital, lucros e quaisquer outros créditos, serão apurados pelo montante efetivamente realizado e será liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da ocorrência. § 2º - Os haveres apurados na forma acima

estabelecida, serão pagos ao sócio retirante em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

CLÁUSULA ONZE - DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS: A Sociedade poderá excluir sócios, desde que justificadamente e de forma indenizada, pela unanimidade dos votos dos Sócios Patrimoniais, excluídos os impedidos.

§ 1º - Os haveres do sócio excluído, compreendendo capital, lucros e quaisquer outros créditos, serão apurados pelo montante efetivamente realizado e será liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da ocorrência.

§ 2º - Os haveres apurados na forma acima estabelecida, serão pagos ao sócio excluído em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 3º - O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

§ 4º - Considerando que as sociedades de advogados são tipicamente sociedades de pessoas, cuja base de exercício reside na confiança recíproca e na *affectio societatis*, e ainda, que por imposição legal, nessas sociedades, o nome social deve conter o patronímico de um ou mais sócios, e que o uso desses é direito personalíssimo, considera-se fato suficiente à permitir a dissolução parcial da Sociedade, com exclusão de um ou mais sócios, a perda daquela *affectio*, assim deliberada por decisão dos Sócios Patrimoniais remanescentes, por votação unânime e especialmente convocada para esse fim, e com prévia convocação do sócio que se pretende excluir.

§ 5º - Em qualquer caso de exclusão, esta será operada mediante simples alteração do Contrato Social, na forma do parágrafo único do art. 12 do Provimento 112/2006 do Conselho Federal da OAB.

CLÁUSULA DOZE: PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS - Em qualquer das hipóteses estabelecidas nas CLÁUSULAS NONA, DÉCIMA e ONZE, a sociedade não entrará em dissolução, podendo os sócios remanescentes continuar com as atividades sociais, até a efetiva regularização do quadro societário.

CLÁUSULA TREZE: RESPONSABILIDADE REMANESCENTE - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou sua herança, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

Nas hipóteses de retirada ou exclusão de sócios, a responsabilidade pelas obrigações sociais perdurará por igual prazo, enquanto não se requerer a averbação, nos termos do art. 1.032 do Novo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUATORZE - DA QUARENTENA: Em todas as hipóteses acima mencionadas nas CLÁUSULAS NONA, DEZ E ONZE fica estabelecida quarentena de 24 (vinte e quatro) meses para exercer a advocacia contra os clientes que a Sociedade possuía no período em que o Sócio esteve na Sociedade, sem prejuízo das sanções correspondentes.

CLÁUSULA QUINZE: Os sócios não poderão exercer autonomamente e auferir os respectivos honorários como receita pessoal, salvo na hipótese em que os sócios, unanimemente, resolverem de outro modo, através de prévia e expressa anuência dos Sócios. Excetua-se dessa regra, também, o exercício da advocacia como servidores nos cargos próprios à advocacia pública ou, ainda, como empregados de pessoas jurídicas de direito privado, desde que não se trate de outra sociedade de advogados. Também, poderão os sócios exercer o magistério público ou privado.

CLÁUSULA DEZESSEIS: RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS - A responsabilidade profissional dos sócios será regulada pelas normas do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e pelos provimentos do CFOAB. A sociedade, os sócios e associados responderão subsidiária e ilimitadamente por comprovados danos causados aos clientes decorrentes de ação ou omissão no exercício da advocacia, conforme inciso XI do art. 2º do Provimento CFOAB n.º 112/2006 e Provimento nº 147/2012 do CFOAB. A responsabilidade social de cada sócio, no âmbito dos negócios sociais, é limitada na forma da lei. Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais estranhas ao exercício profissional, conforme estabelece o artigo 1.054 c/c o artigo 997, VIII, também do Código Civil.

Parágrafo Único: Nas relações com terceiros, que não envolvam a prestação de serviços jurídicos, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas partes, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 997, inciso VIII, c.c. artigo 1.052 e 1.054, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DEZESSETE - DO "PRO LABORE": Será estipulada uma retirada mensal para os sócios-administradores, de conformidade com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DEZOITO - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: Todos os sócios patrimoniais fundadores são considerados administradores, podendo praticar atos de gestão isoladamente, bem como representá-la judicial e extrajudicialmente.

Parágrafo Único: Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum tipo legal que os impeça de exercer as atividades na área jurídica ou de exercerem atividades comerciais, bem como declaram a inexistência de impedimento ou incompatibilidade para o exercício da advocacia, na forma dos arts. 27 a 30 da Lei 8.906/1994.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA EXTINÇÃO DA SOCIEDADE: - Na hipótese de os sócios decidirem extinguir a sociedade será levantado o Balanço de Encerramento e divididos os haveres e deveres na proporção da participação de cada qual no capital social.

Parágrafo Único: O pagamento integral deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o fechamento do Balanço de Encerramento.


CLÁUSULA VINTE - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS: As alterações somente serão permitidas através do voto de pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) do Capital Social, salvo as disposições em

contrário expressas neste Contrato. **CLÁUSULA VINTE E UM - DA REVOGAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONFLITANTES:** Ficam revogadas todas as cláusulas e disposições naquilo que conflitarem com o que é disposto neste instrumento. **CLÁUSULA VINTE E DOIS:** Toda e qualquer controvérsia que surgir da execução ou da interpretação do presente contrato, ou que com ele se relacionar, inclusive nas hipóteses de exclusão, retirada e dissolução parcial ou total, fica admitida e conciliação, mediação e arbitragem, com a indicação do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB- Seccional do Pará. E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente documento em quatro vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas que também subscrevem. Parauapebas, PA 26 de junho de 2013.aa) **Raphael da Costa Alves Rocha** - OAB/PA nº 18.190 - CPF/MF nº 962.897.592-72; **Mário de Oliveira Brasil Monteiro** - OAB/PA nº 10.368 - CPF/MF nº 591.114.292-91. Este Registro de Contrato de Sociedade foi deferido pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, na sessão ordinária do dia 10.07.2013, através de acórdão, data em que teve seu registro lavrado no Livro nº 14 de Sociedade, ficando uma cópia arquivada do registro de sociedade. Setor de Inscrição da OAB/PA. Belém (PA), 15 de julho de 2013.



Alberto Antonio Campos
Vice-Presidente da OAB-PA



 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DO PARA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
MARIO DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO

FILIAÇÃO
FRANCISCO BRASIL MONTEIRO
ANGELA CONCEIÇÃO DE O. MONTEIRO

NATURALIDADE
BELEM-PA

DATA DE NASCIMENTO
18/05/1979

RG
1528914 - SSP/PA

CPF
591.114.292-91

COADOR DE ÓRGÃO E TÍTULOS
NÃO

VIA
02

EXPIROU EM
01/07/2013

JARBAR VASCONCELOS DO CARMO
PRESIDENTE

010368

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00088134

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.966/94)

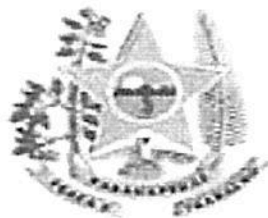


ASSINATURA DO PORTADOR

001

Observações






PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS (PREFEITURA MUNICIPAL) pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Centro Administrativo, Morro dos Ventos, S/nº, Bairro Beira Rio II, Parauapebas, Estado do Pará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 22.980.999/0001-15, neste ato sendo representado por seu Prefeito **VALMIR QUEIROZ MARIANO**, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 8.798.630 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 542.083.278-04, residente e domiciliado na Av. Montanha, Lote 07, Rodovia PA-160, Km 16, nesta cidade, ATESTA para os devidos fins de direito e para quem possa interessar que o **DR. MARIO DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 10.368 e no CPF/MF sob o nº 591.114.292-91, atuou como Procurador Geral do Município, sendo dotado de ampla capacidade técnica e profissional, tendo atuado de forma ilibada na condução dos interesses públicos jurídicos do município, exercendo a função de procurador, que no município cumula a função de consultor jurídico, em diversas áreas do direito, especialmente no Direito Público Administrativo. Atuando, ainda, nos procedimentos de contratação do município, em suas análises legais e formais, segundo a legislação pertinente, em especial Licitações, Pregões e RDC. Sendo esta a expressão da verdade, firmo o presente atestado.

Parauapebas, PA, 25 de junho de 2013.


VALMIR QUEIROZ MARIANO
PREFEITO MUNICIPAL




PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS (PREFEITURA MUNICIPAL) pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Centro Administrativo, Morro dos Ventos, S/nº, Bairro Beira Rio II, Parauapebas, Estado do Pará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 22.980.999/0001-15, neste ato sendo representado por seu Prefeito **VALMIR QUEIROZ MARIANO**, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 8.798.630 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 542.083.278-04, residente e domiciliado na Av. Montanha, Lote 07, Rodovia PA-160, Km 16, nesta cidade. ATESTA para os devidos fins de direito e para quem possa interessar que o **DR. MÁRIO DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 10.368 e no CPF/MF sob o nº 591.114.292-91, atuou como Procurador Geral do Município, sendo dotado de ampla capacidade técnica e profissional, tendo atuado de forma ilibada na condução dos interesses públicos jurídicos do município, exercendo a função de procurador, que no município cumula a função de consultor jurídico, em diversas áreas do direito, especialmente no Direito Público Administrativo. Sendo esta a expressão da verdade, firmo o presente atestado.

Parauapebas, PA, 25 de junho de 2013.


VALMIR QUEIROZ MARIANO
PREFEITO MUNICIPAL



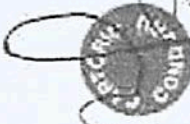
Universidade da Amazônia


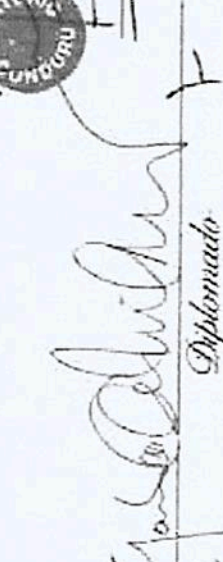
Unama
Universidade da Amazônia

O Reitor da Universidade da Amazônia, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Direito em 25 de janeiro de 2001 confere o título de Bacharel em Direito a

Mário de Oliveira Brasil Monteiro

nascido em 16 de maio de 1979, natural Pará, portador da Carteira de Identidade nº 3205-CA AB-PA, Nacionalidade: Brasileira e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.


Mário de Oliveira Brasil Monteiro
Secretaria de Assuntos Acadêmicos



Reitor
Diplomado


PAG. Nº 026
VISTO
Comissão P. de Licitação
Belém, 25 de janeiro de 2001

CURSO DE DIREITO

Reconhecido pelo Decreto Federal N° 79.272/77 de 14 de fevereiro de 1977.

A UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA FOI RECONHECIDA CONFORME PORTARIA MINISTERIAL N° 1518/93, DE 21 DE OUTUBRO DE 1993 (DOU DE 22/10/93).

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

Registro N° 000182 Livro 05-Direito/020

Folha 182

Em 25 / 01 / 2001

Secretaria de Assuntos Acadêmicos

Registro efetuado com fundamento e para os efeitos previstos no Art. 48 e seu parágrafo 1° da Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

APOSTILA

O Diplomado concluiu nesta Universidade a Habilitação Específica em Direito Internacional, de acordo com o Regimento Geral, aprovado pela Portaria Ministerial N° 434/88, de 06 de agosto de 1988 e o parecer N° 475/88 CFE de 08 de junho de 1988.

Belém, 25 de Janeiro de 2001

SECRETARIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

Nome do Diplomado
publicado no D.O.E.
em: 25/01/2001

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA
APOSTILA AVERBADA
Em 25 / 01 / 2001
Renata do C. Almeida
Câmbio de Selo e Desqualificação e
Arquivo

Carteira de Registro - 41 - Insc. de Matr.
Trav. 2 de Maio, 1405 - Belém/Para
Reconhecido(a)
Firmado(a) com o selo. (03)
Belém, 7 MAR. 2001
DENISE MARIA FERREIRA



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Secretaria Geral de Registro Acadêmico

CERTIFICADO

PARTICIPANTE.... MARIO DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO

CURSO..... ESPECIALIZAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

DURAÇÃO..... DE 12/03/2002 A 18/11/2003 – 384 HORAS/AULA

PROMOÇÃO..... FACULDADE DE DIREITO

COORDENAÇÃO. DIVA PRESTES MARCONDES MALERBI – LIVRE DOCENTE
DRA. ELIZABETH NAZAR CARRAZZA

São Paulo, 09 de maio de 2005



COGEAE
PUC • SP

Prof.ª Diva Prestes Malerbi

Prof.ª Diva BADER BURIHAN SAWAIA
Vice - Reitoria para Assuntos Acadêmicos

Prof.ª Sandra Bernini da Costa
Secretaria Geral de Registro Acadêmico

Prof.ª Celeste Maria Lima Melo

Prefeitura Municipal de Canas
PAG. N.º 048
Coordenadoria Geral de Especialização,
Aperfeiçoamento e Extensão
de Licença

Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão



PUC-SP

MARIO DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO**DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO**

HISTÓRICO ESCOLAR				
MÓDULOS	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	NOTA	
Prof. Responsável: Diva Prestes Marcondes Malerbi - Livre Docente Dra. Elizabeth Nazar Carrazza				
Ações Tributárias	12/03/2002 a 13/06/2002	96	8,50	
Procedimento Administrativo Tributário	03/09/2002 a 21/11/2002	96	9,00	
Mandado de Segurança em Matéria Tributária	11/03/2003 a 12/06/2003	96	9,00	
Aspectos das Ações Individuais e das Ações Coletivas em Matéria Tributária	26/08/2003 a 18/11/2003	96	8,50	
Monografia: "Liquidação e Execução de Sentenças em Ações Coletivas de Direitos Individuais Homogêneos em Matéria Tributária"	—	—	9,00	
Total Geral de Carga Horária 384 horas/aula				

Certificado registrado
conforme Processo
Segrac n.º 288/2003.

Curso organizado de acordo com Regulamento Acadêmico aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa em 05/11/1997, respeitando normas definidas pela Resolução CNE/CES n.º 01/01 D.O.U 09/04/2001.

São Paulo, 09 de maio de 2005

Prof. Sandra Bernini da Costa
Assistente Acadêmica da Secretaria
Geral de Registro Acadêmico

PRISCILA VALENTIM DOS SANTOS
Técnica de Registro Acadêmico
Secretaria Geral de Registro Acadêmico



CERTIFICADO

Secretaria Geral de Registro Acadêmico

PARTICIPANTE.... MARIO DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO
CURSO..... EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DIREITO CONTRATUAL - CONTRATOS I
DURAÇÃO..... DE 03/08/2002 A 23/11/2002 - 96 HORAS/AULA
PROMOÇÃO..... FACULDADE DE DIREITO
COORDENAÇÃO. NELSON NERY JUNIOR
AVALIAÇÃO NOTA 9.50 ((nove e meio))

Curso organizado de acordo com a Deliberação PUC/SP nº 02/92.

São Paulo, 06 de março de 2003



COGEAE
PUC • SP

Prof. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn

PROF.ª DRA. RAQUEL RAICHELIS DEGENSZAJN
Vice - Reitoria para Assuntos Acadêmicos

Prof.ª Sandra Bernini da Costa

PROF.ª SANDRA BERNINI DA COSTA
Secretaria Geral de Registro Acadêmico

Profa. Maristela Guimarães André

Profa. Maristela Guimarães André
Coordenadora Geral de Especialização,
Aperfeiçoamento e Extensão / PUC



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão

CERTIFICADO

Secretaria Geral de Registro Acadêmico

PARTICIPANTE.... MARIO DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO
CURSO..... EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DIREITO CONTRATUAL - CONTRATOS II
DURAÇÃO..... DE 22/03/2003 A 14/06/2003 – 96 HORAS/AULA
PROMOÇÃO..... FACULDADE DE DIREITO
COORDENAÇÃO. NELSON NERY JUNIOR
AValiação NOTA 9.00 ((nove))

Curso organizado de acordo com a Deliberação PUC/SP nº 02/92.

São Paulo, 08 de setembro de 2003

PROF.ª Dra RAQUEL RAICHELIS DEGENSZAJN
Vice - Reitoria para Assuntos Acadêmicos

PROF.ª SÂNCRA BERNINI DA COSTA
Secretaria Geral do Registro Acadêmico



COGEAE
PUC • SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão



ESCOLA PAULISTA DE DIREITO

Certificado

A Escola Paulista de Direito - EPD certifica que,

Mário de Oliveira Brasil Monteiro,

participou do curso

Direito Contratual Empresarial,

ministrado pelos Professores Dr. Leslie Amendolara, Dr. Moysés Simão Schniffer, Dr. Paulo Jorge Scartezini Guimarães,
no período de 21 a 24 de novembro de 2006, com carga horária de 12 horas/aula.


Prof. Dr. Ricardo Castilho
Coordenador Científico


Prof. Dra. Ada Pellegrini Grinover
Diretora Geral





T&Finforma

INTERNATIONAL BUSINESS COMMUNICATIONS
"Part of T&F Informa PLC"

Certifica que

MARIO OLIVIERA BRASIL MONTEIRO

participou do evento

Gestão Contratual na Área de Engenharia e Construção

São Paulo, 22 e 23 de Novembro de 2005.

Presidente da Conferência

Managing Director T&F Informa Latin America





T&F informa

INTERNATIONAL BUSINESS COMMUNICATIONS
"Part of T&F Informa PLC"

Certifica que

MARIO OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO
participou do evento

Gestão de Pleitos Contratuais

São Paulo, 22 e 23 de novembro de 2005.

Presidente da Conferência



Managing Director T&F Informa Latin America



Centro Universitário do Estado do Pará

O Reitor do Centro Universitário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições
e tendo em vista a conclusão do Curso de Bacharelado em Direito
em 23/05/2012, confere o título de Bacharel em Direito a

RAPHAEL DA COSTA ALVES ROCHA

do sexo masculino, nascido(a) em 10/11/87, natural de REDENÇÃO /PA, portador(a) da Carteira
de Identidade nº 4301382/POL.CIVIL/GO e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa
gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Belém, 04 de junho de 2012.

Rafael Alves Rocha
Reitor

[Assinatura]
Diplomado

Prefeitura Municipal de Carajás	
PAG. Nº	112062290
VISTO	
Coordenador da Área	
Coordenador do Curso	

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE REGISTRO ACADÊMICO

Diploma Registrado sob o nº 1.056.
livro 60121/01, folha 1.056

Em 04 / 06 / 2012


Juliano A. A. A.
Responsável pelo DERCA

Registro feito nos termos do § 4º, Art. 2º do
Decreto nº 5.786, de 24 de maio de 2006, publicado no
D.O.U., em 25 de maio de 2006.

CURSO DE DIREITO

A renovação de Reconhecimento do Curso de
Bacharelado em Direito, encontra-se amparado
pela Portaria Normativa Nº 1, Art. 2º, inciso v, de
10 de janeiro de 2007 (D.O.U. 11.01.2007).



 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DO PARA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 18190

NOME
RAPHAEL DA COSTA ALVES ROCHA

Afiliação:
JOSE EURIPEDES ALVES DA ROCHA
MARIA DE JESUS DA COSTA ROCHA

NACIONALIDADE
REDENÇÃO-PA

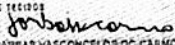
RG
4301382 - DGPC/GO

DATA DE NASCIMENTO
10/11/1987

CPF
982.897.592-72

DOADOR DE ÓRGÃO E TECIDO
SIM

EXPERIÊNCIA EM
01 25/05/2012


JUREAS VASCONCELOS DO CARMO
PRESIDENTE



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 09242660

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei n.º 8.988/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



OBSERVAÇÕES





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 273642014-88888013

Nome: BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME

CNPJ: 18.670.013/0001-33



Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 27/10/2014.

Válida até 25/04/2015.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME
CNPJ: 18.670.013/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 16:21:34 do dia 26/09/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/03/2015.

Código de controle da certidão: **8570.BA94.8D7E.AAA3**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Modelo aprovado pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 19/05/2006.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18670013/0001-33

Razão Social: BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME

Endereço: RUA D 244 / CIDADE NOVA / BELEM / PA / 68515-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/12/2014 a 06/01/2015

Certificação Número: 2014120812535293654765

Informação obtida em 22/12/2014, às 11:42:56.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CAIXA

INTERNET BANKING CAIXA

12 de fevereiro de 2015

H&S

Ajuda?

Conta Corrente - P.Física

tipo de conta

agência

nº conta

OK

a CAIXA | atendimento | download | mapa do site | segurança | imprensa |

?

OK



Produtos e Serviços

Ajuda

Home | SERVIÇOS AO CIDADÃO | FGTS Empresa | Consulta Regularidade do Empregador | Situação de Regularidade do Empregador | Histórico do Empregador



:: Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, bem como a situação de regularidade apurada na vigência da Circular CAIXA 204/2001 - de 08 de janeiro a 22 de abril de 2001.

Inscrição: 18670013/0001-33**Razão Social:** BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS MEData de Emissão/
Leitura

Data de Validade

Número do CRF

29/12/2014	29/12/2014 a 27/01/2015	2014122912551000900709
08/12/2014	08/12/2014 a 06/01/2015	2014120812535293654765
17/11/2014	17/11/2014 a 16/12/2014	2014111710340213085289
27/10/2014	27/10/2014 a 25/11/2014	2014102708560601736942
06/10/2014	06/10/2014 a 04/11/2014	2014100608480961290643
15/09/2014	15/09/2014 a 14/10/2014	2014091510015450554290
25/08/2014	25/08/2014 a 23/09/2014	2014082512182654632668
04/08/2014	04/08/2014 a 02/09/2014	2014080411134802179333
14/07/2014	14/07/2014 a 12/08/2014	2014071417200231237170
23/06/2014	23/06/2014 a 22/07/2014	2014062310565391254220
02/06/2014	02/06/2014 a 01/07/2014	2014060213301155229401
13/05/2014	13/05/2014 a 11/06/2014	2014051313032203166600
21/04/2014	21/04/2014 a 20/05/2014	2014042107331846911114
31/03/2014	31/03/2014 a 29/04/2014	2014033107005976975069
12/03/2014	12/03/2014 a 10/04/2014	2014031203370468404356
21/02/2014	21/02/2014 a 22/03/2014	2014022100490836881034

Dúvidas mais Frequentes

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

SERVIÇO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA**

Nome: BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME

Inscrição Estadual: NÃO CONSTA

CNPJ: 18.670.013/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, inscritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 11:07:10 do dia 22/12/2014

Válida até: 20/06/2015

Número da Certidão: 702014080579220-5

Código de Controle de Autenticidade: 0FDDDF26.8B6E7F46.3E8EFA0D.8D1A4306

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

SERVIÇO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA**

Nome: BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME

Inscrição Estadual: NÃO CONSTA

CNPJ: 18.670.013/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, inscritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 11:07:10 do dia 22/12/2014

Válida até: 20/06/2015

Número da Certidão: 702014080579221-3

Código de Controle de Autenticidade: 0B0A09F3.AC00E3AB.852E1839.6B108C3E

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

Localizar...

1 de 1

100%



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nº Certidão: 31.686/2.014
Nome: 104.464 - BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME
CPF/CNPJ: 18670013000133
Inscrição Municipal: 014931
Início Atividade: 10/07/2013
Tipo: JURÍDICA
Endereço: R D, Nº 244.
Bairro: CIDADE NOVA

Certificamos que até esta data **não consta débito** amigável ou ajuizado referente a qualquer tributo na inscrição municipal acima identificada.

Reserva-se à Fazenda Pública Municipal o direito de cobrar posteriormente débitos constatados, inclusive no período desta certidão.

Emissão: 22/12/2014
Validade: 20/02/2015
Finalidade:
Interesse: Particular

A validação dos dados desta certidão poderá ser feita junto ao site da Prefeitura. <http://servicos.parauebas.pa.gov.br>.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.670.013/0001-33
Certidão n°: 64646240/2014
Expedição: 10/10/2014, às 10:38:19
Validade: 07/04/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 18.670.013/0001-33, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
18.670.013/0001-33
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
10/07/2013

NOME EMPRESARIAL
BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
BRASIL MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
69.11-7-01 - Serviços advocatícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
224-0 - SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA

LOGRADOURO
R D

NÚMERO
244 COMPLEMENTO

CEP
68.515-000 BAIRRO/DISTRITO
CIDADE NOVA

MUNICÍPIO
PARAUPEBAS

UF
PA

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
10/07/2013

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **29/09/2014** às **15:12:17** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar